



**COORDENADORIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO - CTCI**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI**  
Praça Coronel Pedro Osório, 101 – CEP 96015-010 – Pelotas – RS  
(53) 3309-6002 – controleinterno@pelotas.rs.gov.br

## **Relatório n. 03/2021**

### **ACOMPANHAR O MEMORANDO MEM/000098/2021, EM QUE SOLICITA ESCLARECIMENTOS QUANTO À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES - SEPLAG E ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA LICITACon.**

Objetivo: Acompanhar o Memorando MEM/000098/2021, em que solicita esclarecimentos quanto à Comissão Especial de Licitações - SEPLAG e alimentação de informações no sistema LicitaCon..

Vinculação: Prefeitura Municipal de Pelotas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAG

Pelotas, 27 de abril de 2021.



## **Resumo**

1. Auditoria extraordinária realizada pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI da Prefeitura Municipal de Pelotas, para acompanhar o Memorando MEM/000098/2021, em que solicita esclarecimentos quanto à Comissão Especial de Licitações - SEPLAG instaurada pela Portaria n. 049/2019 – GP, assim como alimentação de informações no sistema LicitaCon de licitações realizadas no ano de 2020.
2. A auditoria analisou informações publicadas no Diário Oficial do Município, dados informados no sistema LicitaCon e manifestação recebida pela SEPLAG no MEM/000098/2021.
3. A UCCI constatou que a renovação da Comissão Especial de Licitações instaurada pela Portaria n. 049/2019-GP, com vigência a partir de 30/08/2019, foi efetuada após o prazo estabelecido pela Lei n. 8.666/93, ou seja, com a Portaria nº 002-GP, de 21/01/2021 e vigência em 27/01/2021, sendo que, possivelmente, a comissão poderia ter atuado em julgamentos e demais atos relacionados a certames após 1 (um) ano da vigência da portaria. Foi constatado também atraso no envio de informações referentes a licitações no sistema LicitaCon, conforme Instrução Normativa n. 13/2017-TCE/RS.
4. Objetiva contribuir com o órgão gestor a fim de que atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, legalidade e finalidade pública.